

Handwritten signatures and notes in blue ink at the top right of the page.

3. Período depois da Ordem do dia: -----

3.1. Período de Intervenção do Público -----

O Sr. Presidente da Assembleia toma a palavra para saudar os presentes. De seguida procede às substituições dos membros em falta, a Sra. Sónia Ferreira por motivos pessoais está ausente pelo que será substituída por Maria del Rosário Leite Correia, o Sr. Pedro Gonçalves está ausente por motivos profissionais pelo que será substituído pelo Sr. Zeferino Carlos Reis Santos, o Sr. Manuel Gomes da Costa suspendeu o seu mandato por trezentos e sessenta e cinco dias, sendo substituído pela Sra. Florinda Maria Gomes Andrade Lopes. No sentido de completar a mesa, o Sr. Presidente da Assembleia solicita à Srª Cristina Neto que ocupe na mesa o lugar de segunda secretária. -----

Estiveram presentes os seguintes membros, a saber: -----

- Hélder Ferreira dos Santos -----
- Alexandra Ferreira Azevedo -----
- Abílio Manuel Oliveira Assunção -----
- Cristina Maria Rodrigues Neto -----
- Zeferino Carlos Reis Santos -----
- Maria Del Rosário Correia -----
- Maria Manuela da Silva Teixeira -----
- Sérgio Augusto Dias de Sousa -----
- Ana Lúcia dos Santos Ribeiro -----
- José Manuel Andrade Resende e Silva -----
- Celina Maria Dantas Gomes dos Santos -----
- Hélder Augusto Ferreira Familiar -----
- Florinda Maria Gomes Andrade Lopes -----

Do Executivo da União de Freguesias, estiveram presentes, a saber: -----

- Francisco Manuel Oliveira Andrade -----
- Jéssica Oliveira Sousa -----
- António Feliciano Tavares de Pinho -----
- Jerusa Maria Pinho Pereira -----

O Sr. Presidente da Assembleia prossegue, lendo a convocatória para a presente assembleia. -----

Handwritten signatures and initials:
Juss
Alexandre Assis
Herdeira
P
K
C
A
S
A
P

1. Período antes da Ordem do dia: -----

1.1. Análise e aprovação da Ata da Assembleia anterior; -----

O Senhor Presidente da Assembleia procede à votação das atas número quatro de dois mil e dezoito e número um de dois mil e dezanove que são ambas aprovadas por maioria com dez votos a favor e três abstenções da Sra. Florinda Lopes, da Sra. Ana Lúcia e da Sra. Maria Del Rosário. -----

2. Período da Ordem do dia: -----

2.1. Informação do Presidente da União de Freguesias (para conhecimento); -----

O Sr. Presidente do Executivo começa por cumprimentar todos os membros da Assembleia e todos os presentes. De seguida o Sr. Presidente do Executivo começa por realçar a abertura ao público do CAS referindo que já foram efetuados trinta e sete atendimentos. Continua dando conhecimento da atribuição de dois subsídios, na vertente do apoio social, no valor de mil euros cada, para aquisição de viaturas, sendo um para o Centro Social de Souto e outro para a instituição Pôr-do-Sol. O Sr. Presidente do Executivo agradece a participação de todos no desfile de carnaval, e refere que o abate das árvores na rua Inácio Bragança teve como intuito a desobstrução do passeio que já estava a ficar danificado por causa das raízes, situação que já tinha sido aprovada em Assembleia de Executivo anterior, e refere que foram plantadas quarenta e nove árvores, sendo que a maioria foi plantada em Mosteirô. Continua referindo que este abate deveu-se também à invasão que as árvores estavam a fazer à estrada e aos terrenos vizinhos e também porque danificava veículos que circulavam na estrada. O passeio será renovado mais tarde. O Sr. Presidente do Executivo dá conta da intervenção e limpeza feita na Rua das Bocas, junto à Anifeira. O Sr. Presidente do Executivo dá, também, conta da aquisição de um tractor corta relva que permite uma enorme poupança de tempo. Refere a realização da caminhada da Mulher, e dá conta de um pedido feito à Câmara Municipal de barreiras de segurança para proteger a escarpa junto à Almisouto, pedido que é já o segundo endereçado à Câmara Municipal, pois este tipo de intervenções não é da competência da Junta de Freguesia. Refere ainda que os buracos das estradas serão tapados assim que as condições climatéricas o permitirem e que já foram pedidos seis carregamentos de betuminoso tendo sido entregues três. O Sr. Presidente do Executivo chama à atenção para a aproximação das eleições europeias e para as mudanças das mesas de voto, que reduziram o seu número, tendo diminuído de seis mesas para quatro no total da união de freguesias. O Sr. Presidente termina a sua intervenção comunicando que participou à Câmara Municipal a situação dos cães vadios, e que esta alegou que não tem espaço para os albergar. -----

2.2. Apresentação da Situação Financeira até 31 de Março de 2019 (para conhecimento); -----

O Sr. Presidente do Executivo explica que em termos de grau de execução orçamental atingiu-se, até ao momento, uma taxa de vinte e sete ponto setenta e oito por cento na receita e de catorze ponto noventa e nove por cento na despesa. As receitas totalizam, até ao momento, setenta e nove mil trezentos e sessenta e um euros e setenta e quatro cêntimos, repartindo-se em receitas correntes e

Handwritten signatures and notes:
J. S. Florinda Lopes
Abordada
L. S. Florinda Lopes
Quarta

receitas de capital. As receitas correntes apresentam o valor de cinquenta e oito mil quinhentos e cinquenta e sete euros e oitenta e três cêntimos, resultante das transferências da administração central (Fundo de Financiamento de Freguesias), do Acordo de Execução celebrado com a Câmara Municipal, das cobranças de IMI, aluguer de PT em Mosteirô, recebimento da energia elétrica dos Jazigos, da emissão de atestados, declarações e licenças de canídeos, bem como dos serviços cobrados pela Junta de Freguesia, nomeadamente, funerais, licenças de obras e emissão de averbamentos. Relativamente às transferências de capital, totalizam vinte mil oitocentos e três euros e noventa e um cêntimos correspondendo a transferências da administração local, recebidas em virtude da assinatura do acordo de delegação de competências e à concessão de sepulturas no cemitério de Mosteirô. No que diz respeito às despesas, até ao momento, estas totalizaram o montante de quarenta e dois mil oitocentos e oito euros e cinquenta e quatro cêntimos, subdividindo-se, entre despesas correntes no montante de quarenta e dois mil cento e cinquenta e cinco euros e cinquenta e seis cêntimos e de capital que totalizaram seiscentos e cinquenta e dois euros e noventa e oito cêntimos. As despesas correntes contemplam, por exemplo, gastos com remunerações dos funcionários, subvenções dos elementos do Executivo, combustíveis, ferramentas de desgaste rápido, conservação de bens móveis e imóveis, eletricidade, material de escritório, seguros e serviços de telecomunicações, material adquirido para o Centro de Apoio à Saúde, entre outros. Já as despesas de capital contemplam as despesas com o aluguer da impressora e respetivo contrato de assistência técnica, bem como das despesas de alojamento do software da União de Freguesias. A 31 de março de 2019, a Junta de Freguesia tinha, contabilisticamente, na sua posse sessenta mil quatrocentos e sessenta euros e nove cêntimos, repartidos em: caixa: oitocentos e vinte euros e quarenta e três cêntimos em numerário e trezentos e quarenta e cinco euros e quarenta e seis cêntimos em cheques não depositados; Na Caixa Geral de Depósitos na conta nº1: cinquenta mil novecentos e oitenta e quatro euros e sessenta e três cêntimos, na Caixa Geral de Depósitos na Conta nº2: oito mil cento e oitenta e um euros e cinquenta cêntimos, no BPI: cento e vinte e oito euros e sessenta e três cêntimos. Deste montante, duzentos e cinquenta e oito euros e onze cêntimos, referem-se a operações de tesouraria, pelo que sessenta mil duzentos e dois euros e cinquenta e oito cêntimos, referem-se a dotações orçamentais. Consequentemente, transita, assim, para a gerência seguinte um saldo disponível de sessenta mil quatrocentos e sessenta euros e sessenta e nove cêntimos. -----

Handwritten initials:
D.
JA
AMC
A

2.3. Intervenção da Assembleia; -----

O Sr. Presidente da Assembleia questiona a Assembleia se algum membro deseja intervir. A Sra. Florinda Lopes questiona sobre a colocação de barreiras de segurança na Rua das Escolas de Tarei. O Sr. Presidente do Executivo diz já ter falado com o Sr. Vereador e que aguarda resposta. A Sra. Florinda Lopes questiona o Sr. Presidente sobre os apoios prestados pelo CAS e que serviços têm vindo a ser prestados. O Sr. Presidente refere que até à data da Assembleia foram feitos trinta e sete atendimentos e que na sua maioria são atendimentos de controlo e de mudança de pensos. A Sra. Florinda Lopes questiona o Sr. Presidente sobre a utilização de herbicidas, onde este responde que não estão a ser usados e nem se pretende usar, mas não será fácil. A Sra. Manuela Teixeira intervém para questionar sobre a colocação dos editais nos locais habituais, sobre a necessidade de a junta ter dado conhecimento antes de proceder ao abate das árvores na Rua Inácio Bragança, não pondo em causa se este procedimento deveria ou não ter sido feito e questiona sobre quem é a enfermeira que está no CAS e sobre a regularidade do atendimento. O Sr. Presidente do Executivo responde que a colocação dos editais foi feita da forma habitual. Em relação ao abate das árvores, este é um ato

João PS
Alexandre Alves S. Nogueira Lima
João
Levy
Alves

de gestão corrente, pelo que não necessita de ser comunicado e em relação à enfermeira de serviço no CAS, esta chama-se Filipa Campos, é de Mosteirô e resultou de um processo de seleção de cinco candidatos de onde se deu preferência aos que pertenciam à União de Freguesias e à experiência. O Sr. Abílio Assunção toma a palavra para referir o perigo existente junto à sua habitação devido a uma matilha de cães vadios. O Sr. Feliciano Pinho, Tesoureiro do Executivo, responde dizendo que provavelmente alguém está a alimentar os animais, o que os junta naquele local. A Sra. Celina Santos refere que a esterilização poderá ser uma solução a longo prazo e que é necessário sensibilizar a população de que ao alimentarem os cães abandonados, estão a alimentar uma situação de mais animais na rua e do seu perigo. O Sr. Zeferino Santos refere que ao dizer que não há espaço, a Câmara está a dar a resposta fácil e que é necessário que a Câmara invista no aumento da capacidade do canil. O Sr. Presidente do Executivo diz que a esterilização é uma solução a longo prazo e que neste momento são necessárias soluções de imediato. O Sr. Abílio Santos questiona sobre o que fazer em caso de ataque. O Sr. Presidente do Executivo diz que não há resposta. O Sr. Presidente da Assembleia intervém dizendo que é necessário comunicar à entidade responsável, que é a Câmara Municipal, esta problemática visto que receberam do Estado verba para o efeito. -----

A.
F.
Alves
Alves

2.4. Apresentação e Aprovação dos Relatórios de Atividades e Contas de Gerência de 2018; -----

O Sr. Presidente do Executivo refere que houve uma receita na ordem dos cento e um por cento e uma taxa de despesa na ordem dos noventa e cinco por cento. O Sr. Presidente do Executivo refere que houve um aumento da despesa devido à quitação de despesa do ano de dois mil e dezassete. O Sr. Presidente reforça a aposta na ação social, no subsídio de nascimento e kits de aluno. Os relatórios e respetivo mapa de controlo seguem em anexo a esta Ata. O Sr. Presidente da Assembleia questiona se algum membro quer intervir. A Sra. Florinda Lopes questiona sobre o pagamento de obras orçamentadas, sendo que na Ata número cinco o Sr. Presidente do Executivo disse que não pagava essas obras. O Sr. Presidente do Executivo diz que as obras do anterior Executivo foram alvo de nota de crédito pelo que não foram pagas. O Sr. Presidente da Assembleia leva o ponto a votação que é aprovado com maioria com sete votos a favor, seis da bancada do PS e um do Sr. José Silva e seis abstenções, três da bancada do PSD, duas da bancada do MISM e uma da Sra. Florinda Lopes da bancada do CDS. -----

2.5. Discussão e votação da 1ª Revisão do Orçamento de 2019; -----

O Sr. Presidente do Executivo começa a sua intervenção sobre a primeira Revisão Orçamental que o Executivo da Junta de Freguesia apresenta para aprovação da Assembleia, justificando-se pela obrigatoriedade da incorporação do saldo da gerência anterior, referente ao ano de dois mil e dezoito e aprovado no ponto da ordem de trabalhos anterior, pelo montante de vinte e quatro mil trinta e quatro euros e trinta e nove centésimos. A este valor, acresce o incremento das receitas com a concessão de sepulturas nos Cemitérios de São Miguel e Mosteirô, pelos montantes de dez mil euros e dois mil e quinhentos euros respetivamente. Tendo em consideração as necessidades e as prioridades da Junta de Freguesia, o Executivo distribuiu o total de trinta e seis mil quinhentos e trinta e quatro euros e trinta e nove centésimos, pelas seguintes rubricas de despesa: Despesas com pessoal, em virtude do aumento salarial dos funcionários, num montante total de mil setecentos e noventa e três euros, repartido pelas rubricas do POCAL: Pessoal dos quadros - Regime de contrato individual de trabalho; Subsídio de férias e de Natal; Outras despesas com o pessoal; Segurança

Handwritten signatures and initials in blue ink at the top right of the page.

social - Regime geral. Jardins no montante de mil euros, em virtude da Junta de Freguesia ter procedido à aquisição de um trator para corte de relva; Conservação de bens móveis, no montante de dois mil quinhentos euros, rubrica destinada a manutenção de máquinas, equipamentos e equipamentos de transporte; Conservação de bens imóveis, no montante de vinte e três mil setecentos e quarenta e um euros e trinta e nove cêntimos, que inclui as rubricas do Plano Plurianual de Investimentos – Aquisição e fornecimento de luminárias e monumento para rotunda do centro da Vila, bem como pelos alargamentos de via previstos; Outros serviços, no montante de mil euros, que inclui o reforço da rubrica do Plano Plurianual de Atividades, Souto Con(V)ida; Privadas – Associações Culturais e Desportivas, que inclui o reforço da rubrica do Plano Plurianual de Atividades, Protocolo Polo da Biblioteca, justificado pelo aumento salarial, consequência decorrente do salário mínimo nacional, no montante de quinhentos euros; Apoio Social, no montante de mil euros; Viadutos, arruamentos e obras complementares, no montante de cinco mil euros, decorrente do reforço da verba do Plano Plurianual de Investimentos, Requalificação do Jardim do Lardo Inácio Monteiro – Parte II. Com a revisão apresentada, o Orçamento da Junta de Freguesia da União de Freguesias de São Miguel de Souto e Mosteirô passa a apresentar um valor total de Receitas e Despesas de trezentos e vinte e dois mil cento e oitenta e nove euros e oitenta e oito cêntimos. O Sr. Presidente da Assembleia faz nota de que o cemitério foi um problema na altura do início do mandato de 2005 a 2009, por haver falta de sepulturas, e refere que este não deverá ser usado como fonte de receita pois poderá obrigar a um alargamento do cemitério num futuro mais próximo. O Sr. Zeferino Santos questiona sobre o facto de não constar na despesa investimento no cemitério. O Sr. Presidente do Executivo responde dizendo que o cemitério não está a ser usado como fonte de receita e que ainda há espaço para alargamento no cemitério novo. O sr. Feliciano Pinho responde que o cemitério de Mosteirô poderá necessitar de obras mais cedo. Este ponto é levado a votação e é aprovado por maioria com sete votos a favor, seis da bancada do PS, um do Sr. José Silva e seis abstenções sendo uma da Sra. Florinda Lopes da bancada do CDS, duas da bancada do MISM e três da bancada do PSD. -----

Handwritten initials and symbols in blue ink on the right margin.

2.6. Apreciação do inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais e a respetiva avaliação; -----

O Sr. Presidente do Executivo refere que todos os bens da Junta estão discriminados no documento anexo e que, apesar deste ainda não ser o resultado pretendido, é um trabalho em desenvolvimento. O Sr. Presidente do Executivo refere ainda que quanto à avaliação, estes bens estão amortizados. O Sr. Presidente do Executivo reforça o que é muito difícil obter os valores de compra dos vários bens constantes no inventário. O Sr. Zeferino Santos refere que os inventários foram uma obrigatoriedade quando se efetivou as uniões de freguesia. -----

2.7. Ponto de situação relativamente ao “Loteamento do Monte”: -----

O Sr. Presidente da Assembleia dá conta de que, para facilitar a discussão do ponto, este seja todo incluído dentro do mesmo. O Sr. Presidente do Executivo refere que o panorama geral engloba todos os pontos analisados na primeira revisão orçamental e que a situação financeira da Junta está controlada. No entanto existem situações que têm de ser acauteladas. O Sr. Presidente do Executivo refere que esta é uma situação muito grave e que se arrasta desde 1996 e 1998 -----

2.7.1. Proc. N.º 1888/18.4T8VFR, Tribunal Judicial da Comarca de Aveiro - Juízo Local Cível de Santa Maria da Feira - Juiz 3 e 2.7.2. Proc. N.º 2981/18.9T8VFR,

PluRS
Ricardo Azevedo
Reitor
Leite
ASh
R
ASh
ASh

Tribunal Judicial da Comarca de Aveiro - Juízo Local Cível de Santa Maria da Feira - Juiz 2; -----

O Sr. Presidente do Executivo dá conta de que foi proferida sentença no processo e que a Junta foi condenada a pagar a quantia de vinte e quatro mil e quinhentos euros ao comprador, mais mil euros de juros mais seiscentos euros de custas, e que a possibilidade de recurso é inviável até porque para interpor recurso é necessário prestar caução, o que fará a Junta ficar sem o dinheiro na mesma. Pelo que é necessário saber onde é que se pode cortar no orçamento visto que a Junta irá ficar sem cerca de vinte e sete mil euros, pois o pagamento terá de ser realizado no imediato, com a agravante de que há outra ação semelhante a correr em tribunal. -----

2.7.2. Proc. N.º 2981/18.9T8VFR, Tribunal Judicial da Comarca de Aveiro - Juízo Local Cível de Santa Maria da Feira - Juiz 2; -----

O Sr. Presidente do Executivo informa que este processo aguarda sentença e que o resultado provavelmente será semelhante ao anterior, sendo que a junta será obrigada a efetuar o pagamento. O Sr. Presidente do Executivo refere que havia sugerido à Assembleia o pagamento em prestações, o que foi recusado. -----

2.7.3. Lotes 13, 14, 15, 16 e 17 (Carlos Alberto de Oliveira Pinto e Filomena Maria Dias Leite Pinho); -----

2.7.4. Lote 24 (Filomena Maria Dias Leite Pinho, Dinocrato Crugeira dos Santos Marques, Maria Margarida Dias Leite e Isilda Maria Dias Leite); e -----

2.7.5. Lote 25 (Filomena Maria Dias Leite e Dinocrato Crugeira dos Santos Marques); -----

O Sr. Presidente do Executivo refere que estão em causa sete lotes, estão em causa o pagamento de cerca de quarenta e quatro mil euros, e que há a possibilidade do pagamento repartido em seis anos. Esta proposta terá de ser aprovada em Assembleia e terá de transitar para o próximo Executivo, e da qual resultará o pagamento anual de uma verba de sete mil quatrocentos e vinte e dois euros e onze cêntimos anuais. No entanto o Sr. Presidente do Executivo refere que com o conhecimento do resultado da sentença, os proprietários destes lotes poderão também querer enveredar pela via judicial e reforça que gostava de ver uma posição unânime da Assembleia visto que é uma situação que se vem a arrastar desde mil novecentos e noventa e seis, ou noventa e oito. O Sr. Presidente da Assembleia dá nota de que a informação complementar referente a estes processos será anexa à Ata. O Sr. Presidente do Executivo diz que já foram gastos cerca de mil e quatrocentos euros em limpezas, que foi pedido um estudo à Câmara Municipal e que daí se percebeu que metade do loteamento está numa linha de água e que o tamanho dos lotes é inferior ao que normalmente se considera o tamanho normal de um lote. O Sr. Presidente do executivo refere que fazer o loteamento é inviável, que o terreno não é propriedade da Junta e que a Câmara Municipal recusa qualquer responsabilidade. O Sr. Presidente da Assembleia questiona o facto do terreno não ser da junta de freguesia e o valor que já foi pago até à data e qual o valor que faltará pagar para que este terreno possa vir a ser, de facto, propriedade da Junta. O Sr. Presidente do Executivo diz que não sabe até que ponto é viável que o terreno passe para a Junta. O Sr. Zeferino Santos questiona se para o ano de dois mil e dezanove falamos de uma quantia de sessenta e dois

mil euros. O Sr. Presidente do Executivo diz que sim. O Sr. Abílio Assunção pergunta sobre qual a possibilidade de proceder judicialmente contra os anteriores executivos. O Sr. Feliciano Pinho refere que a linha de água foi manilhada sem qualquer autorização. A Sra. Celina Santos refere que há casas legais na linha de água. O Sr. Hélder Familiar diz aguardar resposta à carta enviada à Junta, sobre a questão da linha de água, de dois mil e dezasseis. O Sr. José Silva coloca a questão de como é que a Junta vai pagar se o terreno não lhe pertence. O Sr. Presidente do Executivo responde dizendo que era obrigação da Junta marcar a escritura e pagar o restante valor, o que não aconteceu. Pelo que, segundo o Sr. Presidente do Executivo, não haverá outra opção senão pagar o valor que foi sentenciado para o primeiro lote. Em relação aos outros sete a possibilidade de acordo dá alguma margem de manobra. A Sra. Manuela Teixeira intervém para dizer que ao negociar com uns proprietários, automaticamente outros vão querer negociar. O Sr. Feliciano Pinho responde dizendo que nesse caso a Junta terá mais tempo para negociar pois não dispõe de duzentos ou trezentos mil euros para pagar a todos a indemnização de imediato. O Sr. Abílio Assunção questiona se o valor referente ao primeiro lote tem de ser pago até ao dia três e o segundo lote até ao final do ano. O Sr. Presidente do executivo lembra uma assembleia anterior onde foi apresentada uma proposta pelo executivo para proceder a um acordo com os proprietários destes terrenos. O Sr. Presidente da Assembleia contrapõe que na altura não se era conhecer de todos os dados que agora conhecemos e lembra que foi falada a possibilidade de a Junta comprar o terreno e viabilizar o loteamento. Mais tarde verificou-se que tal não seria viável, o que leva a uma situação bem diferente daquela que foi descrita em Assembleia Anterior. O Sr. Presidente da Assembleia refere que podemos fazer nada ou aguardar que o tribunal decida igualmente para todos os processos e que neste momento temos de decidir sobre os sete lotes em questão. O Sr. Presidente do Executivo reforça o pedido de unanimidade na decisão e que todos são responsáveis. O Sr. José Silva refere que a Junta não deveria pagar nada porque o terreno não é da junta. O Sr. Presidente do Executivo explica que a Junta não pagou tudo mas recebeu na totalidade. A Sra. Celina Santos reforça a ideia de se responsabilizar quem esteve envolvido no processo e questiona sobre quem fez os desenhos na altura. O Sr. Sérgio Sousa refere que quem estiver a representar a União de Freguesias deverá garantir que Souto não é prejudicado visto que este é um processo de Mosteirô e sugere que haja uma troca dos terrenos dos lotes por terrenos semelhantes. O Sr. Presidente do Executivo diz que desconhece quem terá feito o desenho pois essa informação não é indicada no processo e que não tem conhecimento de que haja terrenos semelhantes aos lotes em Mosteirô, pelo que não há como substituir os lotes que não permitem construção. A Sra. Celina Santos refere que o Sr. Fernando Custódio na passagem de testemunho da Freguesia de Moteirô para a União de Freguesias, terá sugerido a permuta do terreno do loteamento do Monte, não se tendo referido qual o terreno a ser permutado. O Sr. Feliciano Pinho refere que atualmente os proprietários querem o dinheiro e não o terreno. O Sr. José Siva questiona sobre a possibilidade de a Câmara Municipal ajudar. O Sr. Feliciano Pinho responde que a Câmara Municipal não pode ajudar financeiramente com algo que não tem valor patrimonial igual ao valor das indemnizações. A Sra. Celina Santos volta a questionar sobre quem fez o projeto. O Sr. Presidente do Executivo responde que não sabe e acrescenta que o Sr. Sérgio Sousa tem razão quando diz que Souto será prejudicado, mas que o orçamento é total e contíguo a toda a união de Freguesias. O Sr. Presidente da Assembleia sugere que se a proposta de permuta do Sr. Sérgio Sousa for viável, não haveria votação, caso contrário far-se-ia uma votação. O Sr. Presidente do Executivo explica que sete dos proprietários aceitam apenas dinheiro e sugere a via do acordo para esses lotes e irá estudar uma forma de a Junta adquirir esses lotes e fazer dinheiro para resolver a questão, sugerindo o pagamento parcelar em seis anos. O ponto foi

José Silva
Abílio Assunção
Helder Familiar
José Silva
Celina Santos
Manuela Teixeira
Fernando Custódio
Sérgio Sousa

Handwritten signatures and notes in blue ink:
J. Santos
Heriberto
Abundante
Celina
A.
L.
A.
A.

colocado a votação e é aprovado por maioria com dez votos a favor, seis da bancada do PS, dois da bancada do CDS e dois da bancada do MISM e três votos contra da bancada do PSD. A Sra. Celina chama a atenção para a necessidade de responsabilizar os envolvidos no processo à data com queixa crime. O Sr. Feliciano diz que a Assembleia deverá estar unida para encontrar uma solução. O Sr. Presidente da Assembleia realça a importância de agirmos como união de freguesias e concorda com a queixa crime contra os responsáveis da altura sobre o loteamento do Monte e para salvaguarda de decisões futuras. Sra. Celina Santos questiona sobre como se irá desenrolar o processo. O Sr. Presidente do Executivo explica que irá ser elaborada uma proposta de acordo e depois será uma questão de aguardar que seja aceite.-----

2.8. Outros assuntos de interesse para a freguesia; -----

O Sr. Presidente do Executivo dá conta de um pedido de atribuição de um nome para a qual sugerem Travessa do Alto da Agoncida. O Sr. Presidente da Assembleia coloca à votação a possibilidade de adição deste ponto à ordem de trabalhos e lembra que apenas pode ser adicionado se for aceite por unanimidade. A adição este ponto à ordem de trabalho é aceite por unanimidade. A aprovação do nome de rua Travessa do Alto da Agoncida é colocado à votação o qual é aprovado por unanimidade.-----

3. Período depois da Ordem do dia: -----

3.1. Período de Intervenção do Público -----

O Sr. Presidente da Assembleia abre a intervenção ao público, tendo-se inscrito para este momento o Sr. Daniel Santos. O Sr. Daniel Santos usa da palavra para dar os parabéns ao Executivo pelo trabalho no abate das árvores na Rua Inácio Bragança, bem como do trabalho de plantação de novas árvores, apesar de discordar da utilização decorativa de pneus. Em relação ao uso de herbicida o Sr. Presidente teria dito que não garantia que não voltasse a usar e refere que a freguesia do Vale e Canedo não usa herbicida, apesar de ser uma freguesia muito grande, mas um substituto e sugere que o Sr. Presidente do Executivo fale com o colega para saber mais sobre esse substituto. O Sr. Daniel Santos faz também referência à necessidade de abate das árvores no passeio em frente à igreja de Mosteirô. O Sr. Presidente do Executivo agradece o reconhecimento e espera que haja melhorias na circulação na Rua Inácio Bragança. Em relação ao herbicida o Sr. Presidente do Executivo diz que irá fazer os possíveis para ter uma freguesia isenta dos mesmos.-----

O Sr. Presidente da Assembleia procedeu à leitura da minuta da ata, a qual foi aprovada por unanimidade, tendo posteriormente assinado a mesma.-----

Não havendo mais nada a tratar, o Sr. Presidente da Assembleia agradeceu a presença de todos, pelas vinte e três horas e trinta e nove minutos, propôs o encerramento da mesma, que foi aceite, sendo lavrada a presente ata que vai contar com as assinaturas dos presentes. -----

União de Freguesias de São Miguel de Souto e Mosteirô, vinte e nove de Abril de dois mil e dezanove.

Alder Ferreira dos Santos

Leandro Manuel de Sousa Gonçalves
Cebal-Francisca dos Santos

Heitor Augusto Ferreira Faria
José Manuel Andrade Resende e Silva
Márcia Marques da Silva
Ana Lídia Santos Ribeiro

Jorge Augusto Dias Sousa
Adriano Manuel Oliveira Sousa

Cristina Neta

Alexandra Ferreira Azevedo